



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

### 09/02/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### **Recusar vacina pode dar justa causa, diz MPT**

Os trabalhadores que se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19 sem apresentar razões médicas documentadas poderão ser demitidos por justa causa, de acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A orientação do órgão é para que as empresas invistam em conscientização e negociem com seus funcionários, mas o entendimento é de que a mera recusa individual e injustificada à imunização não poderá colocar em risco a saúde dos demais empregados.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, embora não possa forçar ninguém a se vacinar, o Estado pode impor medidas restritivas a quem se recusar a tomar o imunizante.

Apesar de nenhum governo até o momento ter anunciado sanções aos negacionistas da vacina, essas medidas poderiam incluir multa, vedação a matrículas em escolar e o impedimento à entrada em determinados lugares.

Um guia interno elaborado pela área técnica do MPT segue o mesmo critério. “O interesse coletivo sempre vai se sobrepor ao interesse individual. A solidariedade é um princípio fundante da Constituição”, diz o procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro.

Ainda assim, a orientação do MPT é de que as demissões ocorram apenas como última alternativa após reiteradas tentativas de convencimento por parte do empregador da importância da imunização em massa.

Balazeiro enfatiza que a exigência da vacina no trabalho deve seguir a disponibilidade dos imunizantes em cada região e o Plano Nacional de Imunizações, que determina quais grupos têm prioridade na fila da vacinação. (Estadão Conteúdo)

Saiba mais em: **A Tribuna**, terça-feira 09 de fevereiro.

#### **Governo quer que patrão pague curso ao contratar quem receber novo auxílio**

No modelo em estudo para a criação do BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), que substituiria o auxílio emergencial, o governo avalia exigir que as empresas forneçam curso de qualificação ao contratar beneficiários do programa.

A medida seria uma forma de compensação dada pela companhia pelo fato de estar incluindo em seus quadros um funcionário com encargos trabalhistas reduzidos, dentro da Carteira Verde e Amarela.

Como mostrou a Folha, o governo está preparando uma proposta que libera três parcelas de R\$ 200, com foco nos trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família. A ideia é que o recebimento possa ser associado ao fornecimento de um curso aos beneficiários, que, na maioria, têm baixo nível de qualificação.

Um dos modelos desenhados pelo Ministério da Economia previa parcerias com órgãos do Sistema S, que seriam responsáveis por oferecer os treinamentos. No entanto, seria necessária uma rede bem mais ampla para atender às 30 milhões de pessoas que devem receber o BIP.

Um exemplo foi a medida adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) que buscou exigir curso de qualificação profissional a quem pedisse seguro-desemprego pela segunda vez em dez anos.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo**, terça-feira 09 de fevereiro.

### **STF confirma acordo da fila do INSS**

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu confirmar a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que homologou em dezembro do ano passado um acordo firmado entre o INSS e o Ministério Público Federal (MPF) para zerar as filas da Previdência Social.

O acordo fixa prazos e dá blindagem jurídica ao esforço do órgão para zerar a fila de espera por benefícios em plena pandemia.

O período para análise terá limites de 30 a 90 dias, de acordo com o tipo de benefício solicitado. Em julgamento concluído na sexta-feira no plenário virtual do STF, todos os ministros concordaram com Moraes. A plataforma digital permite que os magistrados analisem casos sem se reunir pessoalmente ou por videoconferência, longe dos olhos da opinião pública.

Saiba mais em: **A Tribuna, terça-feira 09 de fevereiro.**

### **Petrobras reajusta preços da gasolina, diesel e botijão GLP**

Em meio a acusações de falta de transparência e de independência da Petrobras para definir seus preços, a estatal reajustou o óleo diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (GLP) vendidos nas refinarias da empresa.

A decisão vem em linha com a recente alta de petróleo e ainda ajuda a empresa a tentar dissipar dúvidas de que estaria contendo aumentos de preço para favorecer os caminhoneiros e evitar uma nova greve da categoria.

Os caminhoneiros são grandes consumidores de diesel e aliados do presidente Jair Bolsonaro, que chegou a defendê-los na paralisação de maio de 2018.

A partir de hoje, o litro do diesel da estatal vai ficar mais caro R\$ 0,13; a gasolina, R\$ 0,17, e o quilo do gás de cozinha, R\$ 0,14. Os reajustes são respectivamente de 6%, 8% e 5%. O botijão de GLP de 13kg tem grande peso no cálculo da inflação devido ao consumo pelas famílias.

Os questionamentos sobre a política de preços da Petrobras surgiram na última sexta-feira, após a agência de notícias Reuters divulgar que a empresa mudou de três meses para um ano o prazo de acompanhamento da cotação do petróleo no mercado internacional para decidir se deve ou não reajustar seus preços internos. Quanto maior o prazo, menor a chance da empresa repassar mudanças momentâneas no mercado externo.

Saiba mais em: **A Tribuna, terça-feira 09 de fevereiro.**

### **Mercado aumenta projeção da inflação**

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) deste ano subiu de 3,53% para 3,60%. A estimativa está no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente em Brasília, pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,49%. Tanto para 2023 como para 2024 as previsões são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior de 2,25% e o superior, 5,25%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Saiba mais em: **Diário do Litoral, terça-feira 09 de fevereiro.**